



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS E
MATEMÁTICA

Curso de Licenciatura em Educação Ambiental

Monografia

Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural: O
Caso do Museu Nacional da Moeda – Maputo

António Vasco Malunga

Maputo, Dezembro de 2022

**Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural: O
Caso do Museu Nacional da Moeda – Maputo**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática
como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental.

António Vasco Malunga

Supervisor: Mestre Fausto Ngove

Maputo, Dezembro de 2022

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Esta monografia foi julgada suficiente, como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental e aprovada na sua forma final pelo curso de Licenciatura em Educação Ambiental na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Mestre Armindo Raul Ernesto

(Director do Curso de Educação Ambiental)

O Júri de Avaliação

O presidente do júri

(Mestre Armindo Raúl Ernesto)

O examinador

(Prof. doutor Aguiar Baquete)

O supervisor

(Mestre Fausto Ngove)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e porque acredito que para alcançar este patamar foi graças a Ele. Um agradecimento especial ao meu supervisor, Mestre Fausto Ngove, por todo apoio e exaustivo acompanhamento na realização deste estudo e pela insistência na inovação, na adopção de novas abordagens para a realização do trabalho em alusão.

A todos que apoiaram directa ou indirectamente, o meu profundo e sincero *Khanithanks!*

DEDICATÓRIA

“Se não podemos ser luz na vida de alguém, então, que pelo menos não apaguemos a luz de ninguém”. Dedico este trabalho aos meus pais (Vasco Malunga e Cénia Muchanga) pelo apoio incondicional, e a todos aqueles que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

“Where there’s will, there’s a way”.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu António Vasco Malunga, com o número de estudante 20181630, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado do meu labor individual, estando indicado ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

(António Vasco Malunga)

Índice

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA	iii
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	iv
Lista de Figuras.....	v
Lista de Tabelas	v
Lista de Siglas e Acrónimos.....	vi
Resumo.....	vii
ABSTRACT	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Formulação do Problema.....	2
1.3. Objectivos.....	3
1.3.1. Objectivo Geral	3
1.3.2. Objectivos específicos	3
1.4. Perguntas de Pesquisa.....	3
1.5. Justificativa	3
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1. Conceitos básicos	5
2.2. Bens culturais	6
2.3. Acções desenvolvidas para a conservação do património cultural	7
2.3.1. Principais Actores da Conservação do Património Cultural.....	7
2.4. Educação Ambiental como ferramenta para a conservação do Património Cultural	10
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	12
3.1. Descrição do local do estudo.....	12
3.2. Abordagem Metodológica.....	13

3.3.	Amostragem.....	13
3.1.	Instrumentos de recolha de dados.....	14
3.1.1.	Pesquisa bibliográfica.....	15
3.1.2.	Entrevista semiestruturada.....	15
3.1.3.	Questionário.....	15
3.1.4.	Observação não participante.....	15
3.2.	Técnicas de análise de dados.....	16
3.2.1.	Análise do conteúdo.....	16
3.2.2.	Análise estatística.....	17
3.3.	Questões éticas.....	17
3.4.	Limitações do estudo.....	17
4.	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	18
4.1.	Bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda.....	18
4.2.	Ações desenvolvidas para a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda.....	21
4.3.	Contributo da educação ambiental como ferramenta na conservação do património cultural.....	25
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	29
5.1.	Conclusões.....	29
5.2.	Recomendações.....	30
6.	Referências bibliográficas.....	32
7.	Anexos.....	35
8.	Apêndices.....	39

Lista de Figuras

Figura 1. Conceito de bens culturais	18
Figura 2. Moedas existentes no MNM.....	20
Figura 3. Acções do MNM para a conservação do património cultural.....	23
Figura 4. Papel do visitante na conservação do património cultural.....	24
Figura 5. Momento de palestra	26
Figura 6. Viabilidade da EA na conservação do património cultural.....	27

Lista de Tabelas

Tabela 1. Perfil dos respondentes.....	14
Tabela 2. Bens culturais no MNM.....	19
Tabela 3. Acções do Estado para a conservação do património cultural	21
Tabela 4. Acções do MNM para consciencializar a comunidade	25
Tabela 5. Acções educativas para os turistas.....	27
Tabela 6. Integração da EA na conservação do património cultural	28
Tabela 7. Perfil dos entrevistados.....	40
Tabela 8. Perfil dos visitantes	43
Tabela 9. Guião de observação	47

Lista de Siglas e Acrónimos

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

EA – Educação Ambiental

EAP – Educação Ambiental Patrimonial

LEA – Licenciatura Educação Ambiental

MA – Meio Ambiente

MICULTUR – Ministério da Cultura e Turismo

MINED – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

MNM – Museu Nacional da Moeda

SNE – Sistema Nacional de Educação

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Resumo

O objectivo deste trabalho é analisar o contributo da educação ambiental como ferramenta para a conservação do património cultural. A pesquisa foi realizada no Museu Nacional da Moeda e baseou-se numa abordagem metodológica quali-quantitativa pois combina os métodos qualitativo e quantitativo através das técnicas de observação, entrevistas e questionários. O método quantitativo foi aplicado aos visitantes e foi imprescindível para saber até que ponto a educação ambiental pode contribuir para a conservação do património cultural, ao passo que o qualitativo foi aplicado aos informantes-chave, no intuito de captar suas explicações em relação às acções de educação ambiental desenvolvidas para a conservação e disseminação do património cultural. Os participantes da pesquisa foram seleccionados através do método de amostragem não probabilístico por conveniência. Os resultados da pesquisa apontam que o Museu Nacional da Moeda é uma biblioteca numismática, possuindo na sua colecção moedas de diferentes épocas da história do nosso país. É notável o esforço em garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural, por meio de instrumentos legais e disseminação pelas escolas, porém, muito tem de ser feito de modo a tornar o património cultural de domínio público. Cerca de 73% dos participantes desta pesquisa consideram que a educação ambiental é uma ferramenta indispensável para a conservação do património cultural. Neste sentido, torna-se imprescindível a criação de programas de educação ambiental com enfoque na conservação do património cultural, disseminando o património cultural tanto no contexto nacional assim como internacional.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Património cultural, Conservação do património cultural, Moeda

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the contribution of environmental education as a tool for the conservation of the cultural heritage. The research was carried out at the National Currency Museum and was based on a qualitative-quantitative methodological approach, as it combines qualitative and quantitative, through observation techniques, interviews and questionnaires. Were realized 2 interviews and 67 questionnaires. The quantitative method was applied to the visitors and was essential to know the extent to which environmental education can contribute to the conservation of cultural heritage, while the qualitative method was applied to key-informants, in order to capture their explanations in relation to the actions of environmental education developed for the conservation and dissemination of cultural heritage. Research participants were selected using a non-probabilistic convenience sampling method. The research results indicate that the National Currency Museum is a numismatic library, having in its collection coins from different periods in the history of our country. The effort to ensure the protection, conservation, enhancement and revitalization of cultural heritage is remarkable, through legal instruments and dissemination by schools, however, much has to be done in order to make cultural heritage public domain. About 73% of the participants of this research consider that environmental education is an indispensable tool for the conservation of cultural heritage. In this sense, it is essential to create environmental education programs with a focus on the conservation of cultural heritage, disseminating cultural heritage both in the national context as well as International.

Keywords: Environmental Education, Cultural Heritage, Conservation of cultural heritage, Currency

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O Homem é um produtor e um produto da cultura. Se nela, ele se projecta, também ela ajuda a moldar o próprio Homem. São, assim, ambos, homem e cultura, o resultado de uma interacção constante que se desenvolve no tempo (Costa & Teixeira, 2007).

Ao abrigo da Lei moçambicana que determina a Protecção Legal do Património Cultural (Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro), Moçambique é um país rico em bens patrimoniais, dentre os quais se destacam os bens tangíveis e intangíveis, divididos em móveis e imóveis que gozam de protecção legal. O Governo moçambicano através da Resolução n.º 12/97 de 10 de Junho, que aprova a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação, reconhece o papel da Cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da Unidade Nacional, da identidade individual e de grupo.

Daí que Prates e Santos (2015) consideram que o património cultural ajuda a perceber as várias componentes do passado, sendo uma memória colectiva, dentro da sociedade, por isso, há toda uma necessidade, de travar a sua deterioração, melhorando a sua conservação. Segundo Alde (2016), compete, fundamentalmente, às instituições museológicas, o papel de conservar e disseminar os bens patrimoniais móveis existentes, através da adesão à métodos, ferramentas e técnicas mais abrangentes para a sua ampla disseminação. Assim, Auricchio (2017) aponta que os museus podem ser considerados como agentes de conservação e o património deve ser um dos instrumentos para a educação das pessoas de todas idades, formação de habilidades e reforço da identidade cultural, através do respeito pela diversidade étnica. Deste modo, a Educação Ambiental (EA) por meio das suas diversificadas estratégias, tem um papel preponderante na conservação dos bens patrimoniais.

A EA deve facilitar e diversificar a relação do indivíduo com o património cultural, contribuindo assim para os processos de construção de conhecimentos, que caracterizam o desenvolvimento do ser humano (Magalhães, 2014). Nesse sentido, os valores dos objectos museológicos são a razão da sua conservação. Mas para isso, é necessário que as formas de disseminação sejam mais abrangentes a toda sociedade para que o património exposto nos museus seja do domínio público e que a informação que detêm seja acessível aos estudantes, docentes, pesquisadores e à comunidade em geral.

Este trabalho debruça-se sobre a EA como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural, e será apresentado em 5 capítulos, que compõem a introdução, revisão da literatura, metodologia, apresentação e discussão dos resultados, por fim as conclusões e recomendações.

1.2. Formulação do Problema

De acordo com os ideais de Melo e Cardozo (2015), o senso comum conceitua o património como sendo tudo o que se tem em posse, o que se acumula na vida, material e imaterialmente, fruto do trabalho. Sob ponto de vista científico, o património é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade (Zanirato & Cavicchioli, 2018).

Na sequência, Semedo (2017) aponta que de modo a salvaguardar a perenidade destes elementos, estes são alocados em instituições denominadas museus. O autor acrescenta que estas instituições contribuem para regular as condutas das sociedades, nomeadamente pela compreensão dos contextos de tempo-espaço, apresentados através das narrativas ilustradas por artefactos que representam uma história concreta. Contudo, apesar dos museus serem imprescindíveis para a sociedade na conservação do património cultural, estes deparam-se com falta de visitantes, sendo as escolas através de iniciativas meramente educativas o grupo de interesse (Azevedo, 2018).

Importa realçar que ao abrigo da Lei moçambicana n.º 10/88 de 22 de dezembro, no património cultural está a memória do Povo, a sua protecção assegura a perenidade e a transmissão às gerações futuras não só do legado histórico, cultural e artístico dos nossos antepassados como também das conquistas, realizações e valores contemporâneos. A deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável, competindo aos diversos organismos públicos e privados e aos cidadãos em geral, a responsabilidade de impedir este processo de empobrecimento do país. Importa, assim, assegurar aos bens do património cultural a necessária protecção. No entanto, a preocupação com o património cultural tem sido crescente a medida que a deterioração dos bens patrimoniais faz parte do dia-a-dia dos moradores locais (Melo & Cardozo, 2015). No contexto moçambicano, maior parte dos museus depara-se com a problemática da falta de visitantes (Alde, 2016), facto que pode estar associado às estratégias usadas para dar a conhecer acerca dos bens museológicos existentes nas suas exposições. De referenciar que no país, as instituições museológicas são superintendidas pelo Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR), através do Departamento de Museus.

Considerando o exposto, acredita-se que EA por meio de suas diferentes estratégias pode surtir efeitos desejados na conservação e disseminação do património cultural, uma vez que compõe um conjunto de conceitos inter-relacionados que definem as causas de uma intervenção e as estratégias mais adequadas para o enfrentamento dos problemas e alcance dos resultados esperados (Chihungo, 2018). Importa referir que a conservação da componente material do património requer uma série de conhecimentos e habilidades que permitam conhecer e então se evitar os riscos de seu desaparecimento, sendo os museus, parte importante no processo de conservação e disseminação dos bens patrimoniais. Daí que, na presente pesquisa questiona-se, se a EA pode servir como ferramenta na Conservação do Património Cultural no Museu Nacional da Moeda?

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- ❖ Analisar o contributo da Educação Ambiental como ferramenta na conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda

1.3.2. Objectivos específicos

1. Identificar os bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda;
2. Descrever as acções desenvolvidas para a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda;
3. Discutir o contributo da EA como ferramenta na conservação no património cultural.

1.4. Perguntas de Pesquisa

O trabalho pretende responder as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Quais são os bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda?
2. Que acções são levadas a cabo com vista a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda?
3. Qual é o contributo da EA como ferramenta na conservação do património cultural?

1.5. Justificativa

A cultura na óptica de Gomes (2013) representa um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e

constrói imagens da comunidade. Conservar o património cultural torna-se responsabilidade individual e colectiva.

Na visão de Issak (2006), o museu como uma unidade “documental” do património cultural de Moçambique, desempenha um papel importante na educação da comunidade no geral, visto que podemos encontrar diferentes objectos expostos, sobre diferentes manifestações culturais do país durante diferentes épocas que o país atravessou (antes, durante e depois da ocupação colonial, bem como no período pós-independência. Ademais, Kirshenblatt-Gimblett (2018) acrescenta que os museus, qualquer que seja o nome, são também parte integrante do património histórico e cultural locais.

A EA procura reinventar o museu. Os museus estão preocupados com o facto de serem identificados como locais aborrecidos, sujos, cheios de coisas mortas, ou como sítios em que se tem que falar em voz baixa, como se de uma igreja se tratasse e onde não se pode tocar nas coisas porque estão dentro de caixas de vidro (Alde, 2016). Há por estes, mas também outros motivos, uma tentativa de “reinventar” o museu como espaço vivo, excitante e único.

O estudo foi realizado no Museu Nacional da Moeda (MNM). A sua escolha deveu-se, primeiro, ao facto de o seu edifício, ser a primeira casa de alvenaria do estilo indo-português a ser construída na cidade de Maputo, e pelo facto de estarem lá expostas algumas das moedas mais antigas do país. O MNM como uma instituição que visa a exposição de objectos relacionados com a componente económica do país, é relevante para a percepção da dinâmica das moedas que circularam no país e assim traçar uma evolução das mesmas, assim como das transacções comerciais, em Moçambique, ao longo da história.

A relevância deste tema centra-se na necessidade de despertar a atenção dos profissionais dos museus, das autoridades do governo, das escolas e universidades (docentes, investigadores, estudantes e todo o corpo técnico administrativo) e o público em geral, sobre a necessidade do uso de várias estratégias para a conservação dos bens patrimoniais. O MNM é um local onde podem ser desenvolvidas acções educativas, principalmente mostrar a importância da EA para a conservação do património cultural por meio de diversas actividades como visitas guiadas, oficinas, palestras, debates, jogos lúdicos; tomando em consideração que a EA enquanto uma prática social tem o papel de informar sobre questões que não são perceptíveis pelo cidadão, para que haja mudanças de comportamento, visto que o problema está relacionado com a questão comportamental do homem e esta é a principal preocupação da EA.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, são discutidos os conceitos básicos relacionados com o assunto investigado, na perspectiva de alguns autores. Procura-se igualmente, discutir a relação entre conceitos e teorias relevantes para a compreensão da temática em estudo.

2.1. Conceitos básicos

Na conservação do património cultural é importante o uso de termos operacionais, sendo, por isso, necessária à sua definição, como os que se seguem:

Educação ambiental – é um processo educativo (seja na esfera Formal¹, Não-Formal² ou Informal³) permanente e transformador, onde a comunidade toma a consciência de sua realidade global, levando os homens a estabelecerem relações entre si e com o Meio Ambiente (MA), a fim de ajudar na sua preservação e conservação.

Património cultural – a Lei moçambicana n.º 10/88 de 22 de Dezembro, no número 1 do Artigo 3, define o património cultural como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados em Moçambique ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural nacional.

Conservação do património cultural

A conservação do património cultural, de acordo com a lei moçambicana através do Decreto n.º 55/2016 de 28 de Novembro que aprova o Regulamento sobre a gestão de bens patrimoniais imóveis, implica desenvolver acções que visam manter ou recuperar as condições originais de um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte.

Moeda – é definida como tudo aquilo que é geralmente aceite em troca por bens e serviços (Ferraz, 2013). Os bens e serviços podem ser trocados por outros bens e serviços (troca directa), ou com recurso ao meio de troca (moeda) que é aceite de forma geral (troca monetária). A moeda é um testemunho arqueológico e histórico de importância para a história de um povo (Alde, 2016). Ajuda

¹ EA formal – Aquela que é desenvolvida no âmbito escolar, sendo estruturada e intencional e que confere um grau académico, ex.: Visita escolar ao MNM com intenção de aprendizagem de algum conteúdo dado em sala de aula (Cascais & Terán, 2016).

² EA não formal – Aquela que é desenvolvida dentro ou fora do âmbito escolar, sendo semiestruturada e intencional e que não confere nenhum grau académico, ex.: Acção educativa desenvolvida pelos museus para os visitantes (Borges & Santos, 2017).

³ EA informal – Aquela que é desenvolvida fora do âmbito escolar, sem estrutura alguma e na maioria das vezes não é intencional, ex.: Visita pública ao MNM sem nenhum objectivo de aprendizagem (Cascais & Terán, 2016).

a revelar o grau de economia das sociedades, documenta as relações socioeconómicas, políticas e culturais entre os povos ou países. A moeda veicula a ideologia do país que emite.

2.2. Bens culturais

À luz da legislação moçambicana, por intermédio da Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro, os bens culturais são todos os bens que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte o património cultural, podendo ser materiais e imateriais.

- **Bens culturais materiais** – são os bens tangíveis (móveis e imóveis) que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural moçambicano (Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro). Ainda de acordo com a mesma lei no número 3 do Artigo 3, são considerados como bens culturais materiais os elementos naturais, sítios e paisagens protegidos por lei ou passíveis de tal protecção, em razão do seu valor cultural.
- **Bens culturais imateriais** – são os bens intangíveis que constituem elementos essenciais da memória colectiva do povo, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore⁴, as próprias línguas nacionais e ainda obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e literária independentemente do suporte ou veículo por que se manifestem (Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro).

O património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização (Prates & Santos, 2015).

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural moçambicano (Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro), no nosso país, são declarados bens do património cultural:

- a) Todos os monumentos e elementos arqueológicos;
- b) Todos os prédios e edificações erguidos em data anterior ao ano de 1920, ano que marca o fim da 1.ª fase da resistência armada à ocupação colonial;
- c) Todos os bens culturais móveis importados e fabricados em data anterior a 1900;
- d) Os arquivos da Frente de Libertação de Moçambique e a documentação do conjunto dos movimentos nacionalistas moçambicanos;

⁴ Folclore – obras criadas no território nacional por autores anónimos ou de entidade desconhecida, transmitida por sucessivas gerações e que constitui um dos elementos fundamentais do património cultural tradicional. Ex.: cantos populares, as danças e espectáculos populares, bem como as expressões artísticas dos rituais e as produções de arte popular (Decreto n.º 55/2016 de 28 de Novembro, 2016).

- e) As principais bases operacionais da Frente de Libertação de Moçambique durante a luta armada de libertação nacional.

2.3. Acções desenvolvidas para a conservação do património cultural

Considerando que o património cultural é conhecido como bens materiais e imateriais que são herdados e pertencentes a uma determinada pessoa ou entidade, é necessário a criação de estratégias, ou métodos, que promovam o controlo sobre estes que agregam a identidade da nação, para que possam permanecer em vida permitindo as gerações vindouras usufruírem do mesmo. Dai que importa destacar os principais actores da conservação do património cultural e suas respectivas acções com vista a conservação do mesmo.

2.3.1. Principais Actores da Conservação do Património Cultural

Estado

A legislação moçambicana através do Artigo 4 da Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, esclarece que é responsabilidade do Estado:

- Elaborar normas que possam ser implementadas, visando garantir a defesa contra intervenções prejudiciais e estabelecer as respectivas penalizações;
- Incentivar a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural;
- Promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no seu âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades;
- Estimular a utilização dos meios do Sistema Nacional de Educação e órgãos de comunicação social para educar os cidadãos sobre a importância do património cultural e a necessidade da sua protecção;
- Promover a criação de associações de protecção e valorização do património cultural;
- Promover acções que visem atribuir a cada bem classificado uma função que o integre na vida social, económica, científica e cultural da comunidade;
- Estimular a fruição do património cultural e a participação popular na protecção e conservação dos bens culturais.

Depositários

São considerados depositários, todos os organismos de direito público ou pessoa singular ou colectivo que esteja na posse de bens do património cultural. De acordo com o Artigo 6 da Lei moçambicana n.º 10/88 de 22 de Dezembro, estes devem zelar pela protecção, conservação e correcta utilização destes bens. O Decreto moçambicano n.º 55/2016 de 28 de novembro, no Artigo 40, esclarece que para tal, estes devem assegurar as seguintes medidas cautelares: limpeza dos bens culturais e espaços adjacentes; participar na elaboração e implementação de planos de gestão dos bens culturais; sempre que se julgar necessário, os bens culturais devem ter uma vigilância regular e guarda policial para evitar a sua vandalização.

Cabe ainda aos depositários comunicar à autoridade competente qualquer dano, roubo, deterioração ou outra alteração do estado de conservação do bem e responder a todos os pedidos de informação apresentados pela autoridade competente (Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro). Os depositários não podem efectuar qualquer mudança de local ou realizar trabalhos de escavação, construção, demolição ou qualquer modificação, sem autorização da autoridade competente. Não devem também realizar qualquer trabalho de restauro e da conservação sem autorização da autoridade competente.

Comunidade

Segundo legislação moçambicana, por intermédio do Decreto n.º 55/2016 de 28 de novembro, todo o cidadão deve participar na protecção do património cultural, por forma a dele se beneficiar nos processos de educação e turismo cultural, através da necessária consciencialização de todas as gerações.

Por sua vez Chihungo (2018), refere que a comunidade tem seu papel no processo de conservação e preservação do património cultural, devendo:

- Velar sobre os patrimónios, não permitindo que se degradem e que se percam ao longo do tempo;
- Conhecer o valor histórico e investigar sempre sobre os patrimónios existentes na sua comunidade;
- Sugerir propostas de gestão, manutenção ou restauração do património, ao Governo para que este Órgão busque financiamento para a sua manutenção; e;

- Aproximar-se aos órgãos responsáveis pela protecção e conservação do património, em caso de existir um património degradado, que esteja em demolição de forma ilegal, ou mau uso de um bem patrimonial.

Sector privado

O sector privado por sua vez, segundo o pensamento de Chihungo (2018), pode contribuir para a conservação do património cultural a partir das seguintes acções:

- Fazer publicidade e promover o património cultural além-fronteira;
- Criar estratégias de divulgação e promoção de intercâmbios culturais a nível nacional e mundial;
- Os operadores turísticos devem criar pacotes incluindo alguns elementos culturais, visando atrair mais turistas, para que possam permanecer por mais tempo usufruindo da nossa cultura, garantindo a colecta de divisas e de diversos valores que poder-se-á arrecadar com a sua estadia. Com essa arrecadação irá permitir a manutenção, restauração e na agregação de mais valores ao património proporcionado uma longa permanência de vida ao mesmo tempo irá responder as necessidades do turismo cultural;
- Garantir a protecção e conservação do património, usando racionalmente o mesmo, e sempre estar atento às condições em que os mesmos se encontram.

Turistas

Os turistas também têm seu papel na conservação do património cultural, e por seu turno, de acordo com legislação moçambicana através do Decreto n.º 44/2018 de 27 de julho, atinente ao Regulamento para Visita a Museus, Centros de Interpretação e Locais Históricos Públicos, em conformidade com a Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, estes devem:

- Respeitar as leis sobre o Património cultural;
- Não degradarem os patrimónios culturais que forem a visitar;
- Não menosprezar e nem ofender as crenças, hábitos e costumes, manifestações culturais do município;
- Respeitar as condições propostas para visitar um determinado local histórico; e;
- Não danificar de forma propositada os locais físicos a serem explorados por esses.

2.4. Educação Ambiental como ferramenta para a conservação do Património Cultural

A EA possui uma força de transformação, pois leva a realização de crítica da conduta pessoal, permite pensamento e prática comprometida, superação os diversos interesses, luta em defesa do direito de desfrutar do MA⁵, compreensão crítica e global do ambiente que promova conservação e a adequada utilização dos recursos (Borges & Santos, 2017). Ainda na óptica destes autores, EA deve percorrer um caminho que leve a comunidade ao conhecimento, competência e motivação, trabalho colectivo e individual.

Neste contexto, a EA deve necessariamente transformar-se em acção, dotando os indivíduos e a colectividade de conhecimentos que vão ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do MA e dos problemas anexos. A EA é necessária para ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores e a sentirem interesse e preocupação pelo MA, motivando-os de tal modo que possam participar activamente da sua melhoria e protecção.

A Lei do Ambiente em Moçambique (Lei n.º 20/97 de 1 de Outubro) refere que todas as pessoas têm o direito de acesso à informação relacionada com a gestão do ambiente, e que com vista a assegurar a correcta gestão do ambiente e a necessária participação das comunidades, o Governo deve criar, em colaboração com os órgãos de comunicação social, mecanismos e programas para a EA formal, não formal e informal.

Em consonância com a Lei n.º 20/97 de 1 de Outubro, está o Decreto moçambicano n.º 27/2006 de 13 de julho, concernente ao Quadro Legal de Conservação e Preservação do Património da Ilha de Moçambique, que considera a EA como um aliado forte na conservação do património, daí que devem ser desenvolvidos programas de EA, criando as condições necessárias para uma mudança de atitude por parte dos cidadãos.

Neste sentido, a EA tem um papel preponderante na conservação do património cultural devendo entre outras estratégias:

- Promover palestras, debates, excursões, visitas guiadas, para consciencializar a comunidade sobre o valor do património bem como na importância da protecção e conservação do mesmo;

⁵ Importa referir que o conceito MA abrange a totalidade de um conjunto de acções, circunstâncias, origens culturais, sociais, físicas, naturais, económicas, que envolve todas as formas vivas e não vivas (Gumende, 2018).

- Promover debates, excursões, visitas guiadas integrando a comunidade e os operadores turísticos para de forma conjunta conhecerem os patrimónios para poderem geri-los;
- Criar projectos de gestão do património.
- Incentivar a comunidade local a valorizarem e limparem os locais históricos;
- Integrar os operadores turísticos bem como a comunidade local nos projectos de restauração e manutenção do património;
- Apostar na promoção do turismo cultural

De acordo com a Resolução moçambicana n.º 14/2003 de 4 de abril, atinente a criação da Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação, o turismo pode ser um instrumento para a conservação e aumento do orgulho nacional em relação ao património cultural, realçando a dimensão utilitária, de recreação e estética bem como valores intrínsecos, espirituais e éticos dos agentes culturais.

Por seu turno o Decreto moçambicano n.º 55/2016 de 28 de novembro, no número 1 do artigo 36, adverte que os bens culturais devem ser inseridos na componente do turismo cultural com a finalidade de fruição pública do património cultural, através da garantia das condições e infraestruturas necessárias nos respectivos locais. Neste sentido, a EA atrelada ao turismo cultural, apoia activamente o desenvolvimento e a manutenção dos bens culturais como museus, edifícios históricos, expondo-os aos residentes, assim como aos turistas do país, devendo ainda, assegurar que a planificação e o desenvolvimento desta actividade tenham em conta os impactos sobre os recursos culturais.

- Impulsionar a prática da Educação Ambiental Patrimonial

De acordo com Costa (2019), a Educação Ambiental Patrimonial (EAP) é mais conhecida como Educação Patrimonial. Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e colectivo (Alde, 2016). A partir da experiência e do contacto directo com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de EAP busca levar as crianças e adultos a um processo activo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

À luz do Decreto moçambicano n.º 55/2016 de 28 de novembro, deve ser feita a EAP com vista a despertar a consciência pública sobre o valor do património cultural, para uma melhor compreensão da necessidade da sua protecção e dos perigos que ameaçam os bens patrimoniais.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu património são factores indispensáveis no processo de conservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (Costa, 2019). Para o efeito, devem ser usados os meios apropriados e disponíveis, nomeadamente a EA formal, não formal ou informal, para reforçar o respeito e o apego dos cidadãos ao património cultural.

A EAP é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura, compreendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interacção entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a protecção e valorização desses bens. A EAP Pode ser desenvolvida nas escolas, universidades, museus e nas comunidades, por meio de páginas de internet, bem como através dos órgãos de informação social.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Nesta secção, são apresentados os procedimentos metodológicos que foram adoptados para realização do estudo, entre eles, a descrição da área de estudo; a abordagem metodológica; a definição do tamanho da amostra; os instrumentos de recolha de dados e a técnica de análise de dados, ou seja; é aqui onde se descreve toda metodologia empregue para realização do estudo.

3.1. Descrição do local do estudo

O estudo foi realizado no Museu Nacional da Moeda, que segundo de Alde (2016), está localizado na Praça 25 de Junho, n.º 438, quase em frente do Banco de Moçambique, na Cidade de Maputo. A casa amarela que foi residência do governador em 1973, é, actualmente, o Museu Nacional da Moeda, sob tutela da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A casa foi construída em 1860, tendo sido várias vezes remodelada, ao longo dos anos, quer para fazer face a acção das intempéries, quer para a tornar mais funcional. Entretanto, a casa manteve a sua feição original que é do estilo Indo-português, muito vulgar na época. Foi a primeira casa de alvenaria a ser construída na Cidade de Maputo, cuja pedra foi trazida da Ponta Vermelha (Issak, 2006). O MNM abriu as suas portas

ao público no dia 20 de Junho de 1981, e sua inauguração insere-se no âmbito da preservação e valorização do património histórico e cultural moçambicano (Issak, 2006). Portanto, possui uma rica colecção de moedas, que foram usadas desde o passado pré-colonial e que simbolizam a moeda como um instrumento de troca e marco cultural ao longo das gerações e civilizações (Issak, 2006; Costa & Teixeira, 2007). Não obstante, o MNM não se destina exclusivamente a especialistas da numismática⁶, mas também ao público leigo.

3.2. Abordagem Metodológica

A pesquisa privilegiou a abordagem qualiquantitativa, que de acordo com Creswell e Creswell (2017), é uma abordagem que combina ou mescla tanto o método qualitativo quanto o quantitativo, um lugar em comum onde os dois métodos podem se comunicar. Para Goldenberg (2018), o método qualitativo considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzida em números (sentimentos, motivações, crenças, atitudes individuais). O método quantitativo por sua vez, traduz em números, as opiniões e informações para classifica-las e analisá-las em consonância com os objectivos da pesquisa (Maree & Pietersen, 2017). Não obstante, Creswell e Creswell (2017), afirmam que em pesquisas qualiquantitativas, predomina mais o lado quantitativo e a análise qualitativa serve de apoio na explicação dos resultados quantitativos.

Deste modo, a abordagem quantitativa foi aplicada aos visitantes e foi imprescindível para saber até que ponto a EA pode contribuir para a conservação do património cultural, ao passo que a qualitativa foi aplicada aos informantes-chave, no intuito de captar suas explicações em relação às acções de EA desenvolvidas para a conservação e disseminação do património cultural.

3.3. Amostragem

Para efeitos desta pesquisa, foi usada a técnica de amostragem não probabilística por conveniência onde, de acordo com Maree e Pietersen (2017), os elementos da população são escolhidos com base na sua disponibilidade e acessibilidade.

Para a selecção da amostra, a população total foi obtida considerando o número anual de visitantes que o MNM recebeu no ano de 2019. A escolha deste ano deveu-se ao facto do número de visitantes nos anos 2020 e 2021 ter sido comprometido por conta dos entraves trazidos pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que obrigou o encerramento dos museus como

⁶ Numismática – ciência que se ocupa do estudo das moedas, classificando-as, interpretando-as e descrevendo-as como peças de valor histórico, artístico e cultural.

medida estabelecida pelas autoridades para a contenção do vírus evitando ao máximo a sua propagação por meio do Decreto Presidencial n.º 11/2020 de 30 de março que declarou o Estado de Emergência, por razões de calamidade pública, em todo o território nacional. Neste sentido, de acordo com a direcção do MNM, no ano de 2019, contou-se com 4.676 visitantes, dos quais foi seleccionada uma amostra de 67 visitantes, conforme ilustram os cálculos matemáticos abaixo:

$$n = \frac{Z^2 \times p \times q \times N}{d^2 \times (N-1) + Z^2 \times p \times q} \Leftrightarrow n = \frac{(1.645)^2 \times 0.5 \times 0.5 \times 4\,676}{(0.1)^2 \times (4\,676-1) + (1.645)^2 \times 0.5 \times 0.5} \Leftrightarrow n = 67$$

Onde:

N- tamanho da população (4676); n – representa o tamanho da amostra

Z – é o valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado ($\alpha=90\%$, $Z= 1,645$)

p - probabilidade do visitante aceitar participar do questionário ($p = 0.5$)

q - probabilidade do visitante não aceitar participar do questionário ($q = 0.5$)

d – erro permitido ($d= 10\% = 0.1$)

Importa realçar que no presente estudo, para além dos sessenta e sete visitantes do MNM, contou-se com dois informantes-chave nomeadamente: um representante do MICULTUR e um representante do MNM, ambos do sexo masculino e com nível superior de escolaridade.

Em relação ao perfil dos respondentes (visitantes do MNM), foi possível constatar que a maioria são do sexo feminino relativamente ao sexo masculino, e o nível superior de escolaridade é o mais destacado destes, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Perfil dos respondentes

Categoria	Perfil dos respondentes				
	Masculino			Feminino	
Sexo	40%			60%	
Nível de escolaridade	Básico	Secundário	Técnico	Superior	Sem escolaridade
	5%	10%	25%	60%	–

Fonte: Dados da pesquisa

3.1. Instrumentos de recolha de dados

Para este estudo, constituíram instrumentos de recolha de dados, a pesquisa bibliográfica, a observação não participante, o questionário e a entrevista semiestruturada.

3.1.1. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é de acordo com Severino (2016), um instrumento importante no âmbito da realização de estudos, pois esta permite obter informação relevante e necessária para que se tenha bases antes de ir ao campo. Este instrumento serviu para aprofundar o conhecimento sobre a temática em estudo, o que foi de extrema importância para a concepção e fundamentação do problema e para a construção do projecto que antecedeu o estudo. A revisão bibliográfica também foi usada para a elaboração dos instrumentos de recolha de dados e para fundamentação das ideias sobre a temática.

3.1.2. Entrevista semiestruturada

Em relação às entrevistas, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), estas representam uns dos instrumentos básicos para a colecta dos dados. Para o presente estudo, as entrevistas consistiram em um guião composto por perguntas abertas e previamente elaboradas (Apêndice I), proporcionando maior liberdade aos entrevistados. A entrevista foi direccionada aos informantes-chave funcionários do MNM e do MICULTUR tendo-se entrevistado um representante por cada instituição.

3.1.3. Questionário

O questionário é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador (Gumende, 2018). Objectiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. Os questionários podem ter, para além de questões fechadas, questões abertas ou mistas. Para a presente pesquisa, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas, à luz das perguntas de pesquisa deste trabalho (Vide Apêndice II), e foi aplicado aos visitantes do MNM.

3.1.4. Observação não participante

Para a presente pesquisa fez-se a observação não participativa, pois preferiu-se durante a observação das actividades no MNM, interagir com os grupos pesquisados (funcionários e visitantes), porém, não participar de forma activa, conforme apontam (Marconi & Lakatos, 2017). A observação decorreu no período das comemorações do dia internacional dos museus (18 de maio) no período das 08h-17h, nas salas do MNM onde foram observadas ou assistidas as actividades desenvolvidas, com o objectivo de colectar dados referentes as acções de EA levadas a cabo para a conservação do património cultural no MNM. A observação não-participante realizada

teve como referência um guião de observação tendo em conta, o que se pretende analisar no estudo (vide Apêndice III).

3.2. Técnicas de análise de dados

Para análise de dados foram usadas como técnicas, a análise de conteúdo para os dados obtidos por meio de entrevista e observação e a análise estatística (estatística descritiva) para dados obtidos através do questionário.

3.2.1. Análise do conteúdo

A análise do conteúdo, segundo Mozzato e Grzybovski (2017), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo dos dados colhidos durante a pesquisa. De acordo com Bardin (2016), esta análise divide-se em três fases nomeadamente: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

a) Pré-análise

Esta fase objectiva a selecção dos dados obtidos no local de estudo visando sistematizar ideias principais para o alcance dos objectivos estabelecidos no trabalho. Deste modo, fez-se a leitura das respostas dadas pelos entrevistados. Após a leitura, todos os dados colectados foram digitados no computador através do programa Microsoft Word.

b) Exploração do material

Esta etapa consiste em organizar os dados obtidos por meio de entrevistas, observações e pesquisa bibliográfica de modo que se tenha uma interpretação clara e precisa, em função dos objectivos de pesquisa. A organização consistiu em categorizar os dados em função das perguntas de pesquisa e, as categorias foram: i) Bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda; ii) Acções desenvolvidas para a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda; e iii) Contributo da educação ambiental como ferramenta para a conservação do património cultural.

c) Tratamento e interpretação dos resultados

Nesta fase os dados são tratados de maneira a serem significativos e válidos, concernente à pesquisa. A interpretação dos resultados foi baseada nos aspectos observados no local do estudo, nas respostas obtidas mediante as entrevistas e nas informações apresentadas na revisão da literatura no capítulo II, buscando pontos convergentes e divergentes.

3.2.2. Análise estatística

A análise estatística foi usada para a análise de dados quantitativos, onde se definiu as percentagens, em relação ao grau de concordância e discordância das variáveis apresentadas no instrumento de recolha de dados. Para este estudo, os dados foram organizados e discutidos à luz dos objectivos e das perguntas de pesquisa, tendo-se posteriormente tabulado as variações das percentagens das respostas em tabelas de frequência e/ou gráficos processados electronicamente a partir do Excel.

3.3. Questões éticas

De acordo com Nunes (2018), toda a investigação científica é uma actividade humana de grande responsabilidade ética pelas características que lhe são inerentes. Assim sendo, no presente estudo, foram levados em consideração aspectos éticos no processo da colheita de dados, sendo que os participantes tiveram pleno conhecimento dos termos e condições da pesquisa e para que fins ela se destina. Foi garantido o anonimato dos participantes e em casos em que alguns escreviam seus nomes de forma voluntária, não foram publicados em nenhuma parte dessa pesquisa. Assim, os entrevistados foram codificados por TMICULTUR – para o técnico do MICULTUR e TMNM – para o caso do técnico do MNM. Para a realização deste estudo foi feito um pedido de autorização à direcção do MNM bem como do MICULTUR através da submissão de uma credencial fornecida pela secretaria da Faculdade de Educação, da Universidade Eduardo Mondlane (Anexos I e III). Tanto o MICULTUR assim como o MNM autorizaram a realização do estudo, tendo recebido o estudante e prestado o devido apoio na realização do mesmo (Anexos II e IV).

3.4. Limitações do estudo

Constituíram principais limitações no âmbito do desenvolvimento deste trabalho, as seguintes:

- Dificuldades de recolha de dados em tempo conveniente, por motivos de indisponibilidade dos entrevistados;
- A dificuldade na disponibilidade das pessoas para responderem o questionário; alguns julgavam estar atarefadas, outras com receios por pensarem que se tratava de um caso problemático e outros com medo de responder incorrectamente como se de uma avaliação se tratasse.

Para o caso da indisponibilidade dos entrevistados, marcou-se a entrevista para uma ocasião em que estes estivessem disponíveis; no que refere a indisponibilidade das pessoas para responder o questionário, optou-se por uma comunicação virtual, que consistiu na criação de um questionário virtual por meio da utilização do aplicativo *SurveyMonkey* (aplicativo de questionários e pesquisas) e

posteriormente partilhar a hiperligação de acesso com os respondentes, de modo que estes pudessem responder mais tarde. Para os que julgavam se tratar de um caso problemático, nalguns casos foi possível ultrapassar mediante a apresentação do cartão de estudante e da credencial da faculdade de educação para certificação de que realmente tratava-se de um assunto meramente académico.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

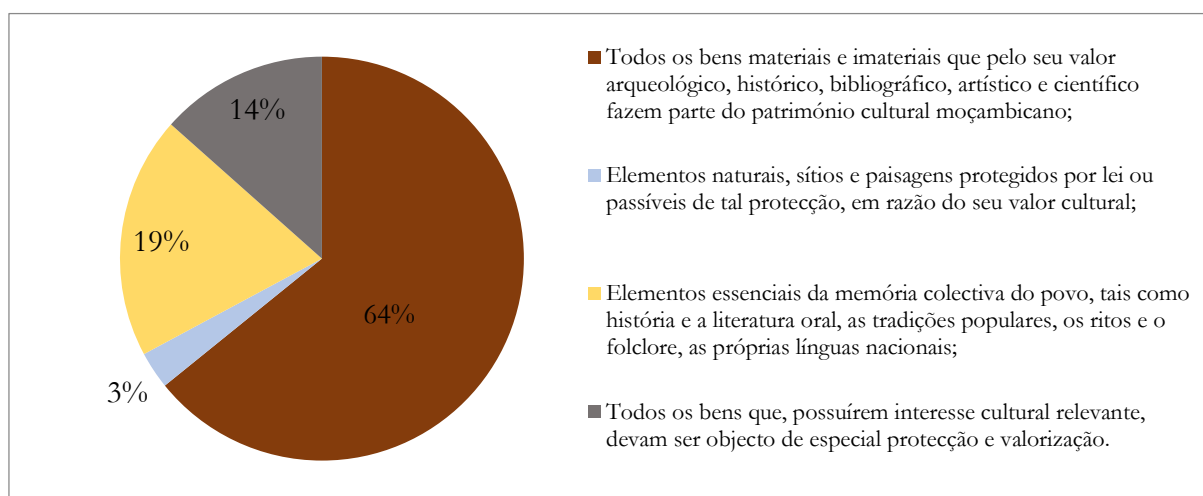
Neste capítulo são apresentados e discutidos todos resultados obtidos a partir dos instrumentos de recolha de dados definidos para esta pesquisa, em função das perguntas de pesquisa deste trabalho.

4.1. Bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda

De forma a introduzir a conversa com um dos informantes-chave (TMNM) buscou-se compreender, quando é que foi fundado o MNM e seu objectivo, o mesmo respondeu que, “*o MNM foi fundado em 1981, enquanto se comemorava o primeiro aniversário do metical, com o objectivo de preservar o património cultural do país. Pretendia-se apresentar a numismática nacional através de uma exposição*”.

Como refere o técnico entrevistado, o MNM foi fundado em 1981 alusivo a comemoração do primeiro aniversário do metical (moeda nacional desde 1980). O seu objectivo era a valorização e preservação do património histórico e cultural moçambicano, bem como a sua disseminação por meio de uma exposição onde decorreu a apresentação da numismática nacional, o que coaduna com as palavras de Issak (2006). Relativamente a questão sobre o que são bens culturais, submetida aos respondentes, obteve-se os resultados apresentados na Figura 1.

Figura 1. *Conceito de bens culturais*



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados demonstram que a maioria dos respondentes (64%) considera os bens culturais como sendo todos os bens materiais e imateriais que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural moçambicano. Por seu turno 19% define os bens culturais como sendo os elementos essenciais da memória colectiva do povo, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais. Por outro lado, 14% considera como bens culturais todos os bens que, possuírem interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. Somente 3% dos respondentes ao falar dos bens culturais faz referência aos elementos naturais, sítios e paisagens protegidos por lei ou passíveis de tal protecção, em razão do seu valor cultural. Com isso, constata-se que maior parte dos respondentes (64%) demonstra ter entendimento sobre o que são bens culturais, convergindo assim, com Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro.

Quando questionados sobre os bens culturais que tiveram oportunidade de visualizar no MNM, obteve-se os resultados ilustrados na Tabela 2.

Tabela 2. *Bens culturais no MNM*

Respostas	Casos	Percentagem (%)
Moedas que foram usadas desde o passado pré-colonial.	43	64%
Marfim, ouro, peles que eram usadas para o comércio, antes do surgimento da própria moeda.	4	6%
Moedas-mercadoria (argolas ou manilhas, enxadas, andas, aspas e cruzetas, entre outras) que circularam em África e em Moçambique	6	9%
Moedas de diferentes partes do mundo ilustradas segundo um critério geográfico e uma sala dedicada às medalhas.	6	9%
Todas as alternativas estão correctas.	8	12%
Total	67	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Como pode-se observar na Tabela 2, grande parte dos respondentes (64%) afirma que durante a visita ao MNM teve a oportunidade de ver moedas que foram usadas desde o passado pré-colonial. Por seu turno 12% dos respondentes, para além das moedas usadas desde o passado pré-colonial, consideram ter visto marfim, ouro, peles que eram usadas para o comércio, antes do surgimento da própria moeda, moedas-mercadoria (argolas ou manilhas, enxadas, andas, aspas e cruzetas, entre outras) que circularam em África e em Moçambique, bem como, moedas de diferentes partes do mundo ilustradas segundo um critério geográfico e uma sala dedicada às medalhas. Em contrapartida, uma parcela de 9% considera ter visto moedas-mercadoria (argolas ou manilhas, enxadas, andas, aspas e cruzetas, entre outras) que circularam em África e em Moçambique,

enquanto outra parcela de 9% considera ter visualizado moedas de diferentes partes do mundo ilustradas segundo um critério geográfico e uma sala dedicada às medalhas. Somente 6% considera ter visto marfim, ouro, peles que eram usadas para o comércio, antes do surgimento da própria moeda.

Na mesma senda de apresentação dos bens culturais existentes no MNM, o informante-chave TMNM referiu que, *“o MNM possui uma colecção numismática sobre Moçambique, de vários tempos diferentes, a partir das trocas directas e incluindo as moedas que circulavam no território desde tempos remotos, no comércio e na compra de escravos, o dinheiro das companhias majestáticas, as primeiras moedas cunhadas para a colónia e, por último, a moeda nacional – o metical. O museu apresenta ainda, objectos (como marfim, ouro, peles, argolas ou manilhas, enxadas, aspas e cruzetas) que eram usados pelas Comunidades de Agricultores e Pastores na fase da urbanização, para o comércio, antes do surgimento da própria moeda. Podem ser encontradas moedas de outros países do mundo e medalhas”*.

Não obstante, através da observação, foi possível aferir a existência dos bens culturais citados, conhecidos como Handas, Aspas, Maçontas e Cruzetas, que eram usadas como moeda de troca de bens e serviços (troca directa), antes do surgimento da moeda padronizada que é aceite actualmente de forma geral (troca monetária), conforme ilustra a Figura 2.



Figura 2. Moedas existentes no MNM

Fonte: Autorial própria

Diante disso, verifica-se que as respostas dos respondentes convergem com as do TMN, e os objectos citados podem ser visualizados no MNM conforme ilustra a Figura 2, porém, a maioria dos respondentes (64%) ao fazer menção aos bens existentes no MNM, referem-se a atracção principal do museu que são as moedas usadas desde o passado pré-colonial até a actualidade. Estas respostas vão de acordo com Issak (2006) e Costa e Teixeira (2007) que afirmam que MNM possui uma rica colecção de moedas, que foram usadas desde o passado pré-colonial e que simbolizam a moeda como um instrumento de troca e marco cultural ao longo das gerações e civilizações.

Quando o TMNM foi questionado sobre o significado histórico-cultural dos bens existentes no MNM, este afirmou que, “*estes bens representam a história do metical, são moedas que mostram a história de cada época que o país atravessou e que moeda foi usada em cada uma dessas épocas, o que contribui para complementar o conhecimento sobre a cultura e a história do país relativamente a numismática nacional*”.

Prates e Santos (2015) reconhecem o papel da cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da unidade nacional, da identidade individual e de grupo. Seguindo o mesmo pensamento, Alde (2016) acrescenta que o património cultural ajuda a perceber as várias componentes do passado, sendo uma memória colectiva, dentro da sociedade. Assim, as respostas do técnico entrevistado demonstram que este possui conhecimentos relacionados ao significado histórico-cultural dos bens culturais, concordando com Prates e Santos (2015) e Alde (2016).

4.2. Acções desenvolvidas para a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda

Buscou perceber dos respondentes quais as acções desenvolvidas pelo Estado com vista a garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural, e obteve-se as respostas apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3. *Acções do Estado para a conservação do património cultural*

Respostas	Casos	Percentagem (%)
Incentiva a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural.	22	33%
Estimula a utilização dos meios do Sistema Nacional de Educação e órgãos de comunicação social para educar os cidadãos sobre a importância do património cultural e a necessidade da sua protecção.	20	30%
Elabora normas visando garantir a defesa contra intervenções prejudiciais, estabelece as respectivas penalizações.	25	37%
Total	67	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Como se pode ver, a maioria dos respondentes (37%) considera que o Estado elabora normas de modo a garantir a defesa do património cultural. Por seu turno, uma parcela de 33% considera que o Estado incentiva a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural. Por outro lado, 30% considera que o Estado estimula a utilização dos meios

do Sistema Nacional de Educação e órgãos de comunicação social para educar os cidadãos sobre a importância do património cultural e a necessidade da sua protecção.

Não obstante, quando os informantes-chave foram questionados sobre as acções desenvolvidas pelo Estado com vista a garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural, o TMNM afirmou que: *“o Estado cria políticas. O MNM age dentro do plasmado nessas políticas.”* Por outro lado, o TMICULTUR afirmou que *“o Estado, através do MICULTUR, elabora propostas e dispositivos legais para a protecção do património cultural; e ainda, cria condições para que as pessoas possam zelar pela conservação dos bens patrimoniais quando o visitam (palestras, debates, capacitações, seminários)”*.

Constata-se portanto, que os a maioria dos respondentes (37%) e os entrevistados foram unânimes ao afirmar que o Estado cria políticas que têm por finalidade garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural, sincronizando com a Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro que declara que *“o Estado deve entre outras acções, elaborar normas que possam ser implementadas, visando garantir a defesa contra intervenções prejudiciais e estabelecer as respectivas penalizações; cabe ainda ao Estado estimular a fruição do património cultural e a participação popular na protecção e conservação dos bens culturais”*.

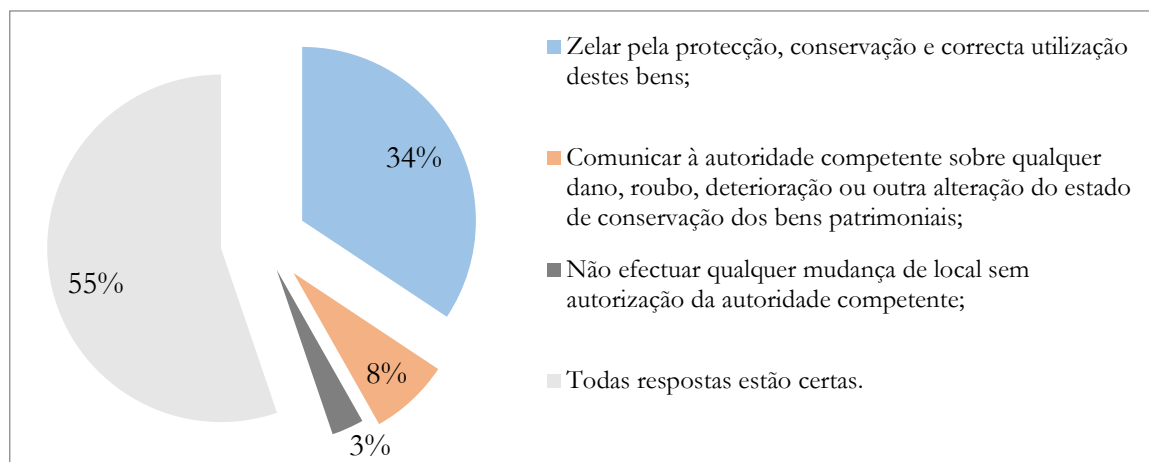
Quando os entrevistados foram questionados sobre a existência de projectos públicos ou privados com vista a garantir a promoção do património cultural existente no MNM além-fronteira, o TMNM afirmou que não existem; por seu turno o TMICULTUR respondeu: *“Se existem, eu não tenho conhecimento. Não compete ao MICULTUR a criação dos museus, muito menos a criação de projectos para promover os museus. Cabe a cada museu criar projectos específicos para a sua conservação e promoção.”*

Este raciocínio é discutível, pois, ao afirmar que não compete ao MICULTUR a criação de projectos para promover os museus, sendo responsabilidade de cada museu criar projectos específicos para a sua conservação e protecção, entra-se em discrepância com o Regulamento Sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis (Decreto n.º 55/2016 de 28 de Novembro, 2016), que na alínea l) do Artigo 6, assegura que *“compete a entidade que superintende a área da Cultura promover e facilitar contactos profissionais a nível nacional, regional e internacional”* e com a Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro que no número 3 do Artigo 4 declara que *“o Estado Moçambicano colabora com outros Estados, com organizações internacionais, intergovernamentais e não-governamentais, no domínio da protecção, conservação, valorização, estudo e divulgação do património cultural”*. Desta forma percebe-se que apesar de as instituições museológicas serem responsáveis pela conservação e promoção do património nele

exposto conforme aponta Alde (2016), compete também ao órgão que superintende a área da cultura fornecer o devido apoio conforme a legislação nacional.

Relativamente às acções desenvolvidas pelos funcionários do MNM com vista a garantir a conservação, protecção e correcta utilização dos bens patrimoniais obteve-se os resultados apresentados na Figura 3.

Figura 3. *Acções do MNM para a conservação do património cultural*



Fonte: Dados da pesquisa

Nestes termos, conforme os dados apresentados na Figura 3, a maioria dos respondentes (55%) considera que os funcionários do MNM têm desempenhado papel preponderante na conservação, protecção e correcta utilização dos bens patrimoniais. De acordo com os respondentes, os funcionários do MNM têm zelado pela protecção, conservação e correcta utilização dos bens patrimoniais, não efectuando quaisquer alterações no MNM sem a devida autorização e ainda comunicam continuamente à autoridade competente sobre qualquer situação que afecte o estado de conservação dos bens patrimoniais. Por outro lado, 34% considera que os funcionários do MNM têm zelado pela protecção, conservação e correcta utilização dos bens patrimoniais. Por seu turno, 8% considera que os funcionários do MNM comunicam à autoridade competente sobre qualquer dano, roubo, deterioração ou outra alteração do estado de conservação dos bens patrimoniais. Somente 3% afirma que os funcionários do MNM não efectuam qualquer mudança de local sem autorização da autoridade competente.

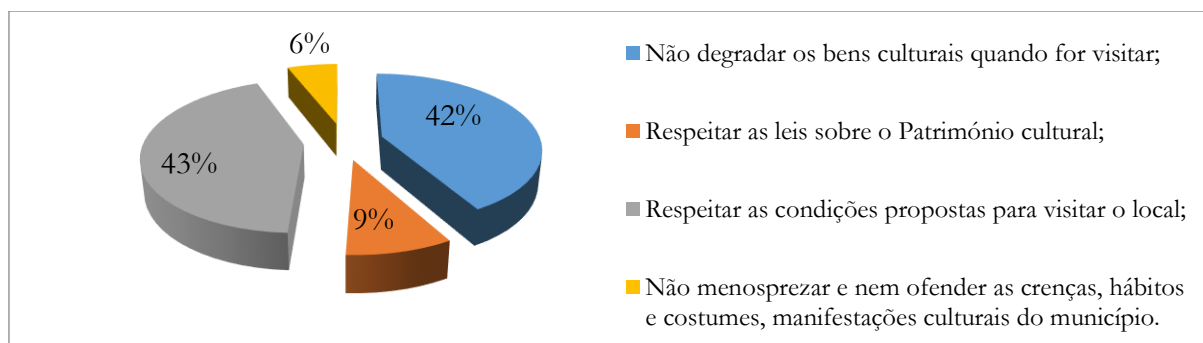
Ainda nesta questão, os informantes-chave teceram breves comentários, e segundo o TMICULTUR: “O MNM tenta garantir uma formação contínua dos funcionários; difundir a informação em relação aos bens patrimoniais com os actores do património cultural; realizar monitoria de uso do património cultural, e elaborar recomendações em relação a sua protecção e conservação.” Por outro lado, o TMNM afirmou que

“são desenvolvidas ações para garantir que o museu esteja em condições (limpeza interior e exterior) com vista a acomodar os visitantes. Tenta-se promover educação para as crianças principalmente, pois são elas que irão desenvolver o MNM.”

Pode-se constatar de acordo com as respostas dos respondentes e dos técnicos entrevistados, que o MNM se tem preocupado com conservação, protecção e correcta utilização dos bens patrimoniais. Ao difundir informações em relação aos bens patrimoniais para os actores do património cultural, elaborar recomendações em relação a sua protecção e conservação ou ainda ao garantir que o museu esteja em condições para acomodar os visitantes fazendo por exemplo limpeza interior e exterior, o MNM estaria em consonância com o Decreto n.º 55/2016 de 28 de Novembro, que declara que os depositários devem assegurar medidas cautelares como limpeza dos bens culturais e espaços adjacentes; participar na elaboração e implementação de planos de gestão dos bens culturais; e com a Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro, que no Artigo 6, consagra os depositários como agentes indispensáveis para garantir a conservação, protecção e correcta utilização dos bens patrimoniais, atribuindo papéis específicos para o efeito.

No que refere ao contributo dos visitantes na conservação do património cultural, foram obtidos os resultados em conformidade com os dados apresentados na Figura 4.

Figura 4. *Papel do visitante na conservação do património cultural*



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apontam os dados da Figura 4, a maioria dos respondentes (43%) afirma que contribui para a conservação do património cultural existente no MNM respeitando as condições propostas para visitar este local; enquanto uma parcela de 42% garantem não o degradar quando forem visitá-lo. Por sua vez, 9% afirma que contribui para a conservação do património cultural, respeitando as leis sobre o Património cultural; somente 6% afirma não menosprezar e nem ofender as crenças, hábitos e costumes, manifestações culturais do município, como forma de conservar o património cultural.

Constata-se, portanto, que os visitantes do MNM demonstram preocupação com a conservação do património existente, e por isso adoptam mecanismos para contribuir para a sua conservação em conformidade com o Decreto 44/2018 de 27 de julho.

4.3. Contributo da educação ambiental como ferramenta na conservação do património cultural

Em relação as estratégias que o MNM tem desenvolvido com vista a consciencializar a comunidade sobre o valor do património cultural, obteve-se os resultados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. *Ações do MNM para consciencializar a comunidade*

Respostas	Casos	Percentagem (%)
Mobilização da comunidade para a conservação do património cultural.	10	15%
Consciencialização ambiental porta-a-porta sobre a importância do MNM na conservação do património cultural.	5	7%
Consciencialização ambiental através dos meios de comunicação social sobre a importância da protecção e conservação dos bens patrimoniais.	24	36%
Promover campanhas de sensibilização nas escolas e espaços públicos com vista a disseminar o MNM.	28	42%
Total	67	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em conformidade com os dados apresentados na Tabela 4, verifica-se que 42% dos respondentes considera que o MNM tem apostado na promoção de campanhas de sensibilização nas escolas e espaços públicos com vista a disseminar o MNM. Por outro lado, 36% considera que o MNM tem recorrido os meios de comunicação social para despertar a consciência ambiental do indivíduo em relação a importância da protecção e conservação dos bens patrimoniais. Por sua vez, 15% considera que o MNM tem apostado na mobilização da comunidade para a conservação do património cultural; e somente 7% afirma que o MNM tem realizado actividades de consciencialização ambiental porta-a-porta sobre a importância do MNM na conservação do património cultural.

Na sequência, o TMICULTUR afirmou que “O MNM *promove campanhas de sensibilização, tem apostado também na promoção de campanhas nas escolas, desenvolvendo projectos como O MUSEU VAI À ESCOLA, onde o museu dirige-se a escola e expõe seus bens para o maior número possível de alunos*”. O técnico acrescentou que: “o grande marco foi a criação do Decreto n.º 55/2016 de 28 de novembro: sobre a gestão dos bens culturais imóveis, que resultou na criação de comissões de gestão do património cultural: que é o primeiro guardião do

património cultural, que envolve a comunidade na gestão dos bens patrimoniais, visando despertar o sentimento de pertença da comunidade.”

Não obstante, O TMNM afirmou que *“o MNM chama atenção a sociedade para a conservação do património cultural, por meio de oficinas⁷, palestras, debates, seminários, campanhas nas escolas. Tem-se distribuído folhetos, panfletos com vista a disseminar o património do MNM, promoção de visitas guiadas para o MNM; palestras sobre o MNM; elaboração de um caderno para os professores visando orientar os alunos nas visitas ao MNM”*.

Portanto, é notória a convergência das respostas dos visitantes e dos informantes-chave. Desta forma, o MNM ao promover estas práticas, entra em consonância com o Decreto n.º 55/2016 de 28 de novembro, que alude a necessidade de todo o cidadão participar na protecção do património cultural, por forma a dele se beneficiar nos processos de educação e turismo cultural, através da necessária consciencialização de todas as gerações.

Foi possível observar campanhas de sensibilização (palestras e debates) na sequência das comemorações alusivas ao dia internacional dos museus (18 de maio), sob o lema: “O poder dos Museus”, onde o MNM promoveu “CONVERSAS NO MUSEU”, com o objectivo de trazer à tona a importância dos objectos, visto que os objectos têm um significado cultural, os objectos têm histórias por contar conforme a Figura 5.



Figura 5. Momento de palestra⁸

Fonte: Autoria própria

Relativamente as acções educativas desenvolvidas pelo MNM para garantir que os turistas participem na conservação do património cultural, obteve-se os resultados da Tabela 5.

⁷ Oficina é um espaço onde os saberes são colectivamente partilhados e analisados, através do confronto e troca de experiências.

⁸ Palestra intitulada “os objectos têm história”, pretendia-se apresentar a história e a importância dos objectos museológicos expostos no MNM (Moedas).

Tabela 5. *Ações educativas para os turistas*

Respostas	Casos	Percentagem (%)
Promover debates, excursões, visitas guiadas integrando a comunidade e os operadores turísticos para de forma conjunta conhecerem os patrimónios para poderem geri-los;	26	39%
Integrar os operadores turísticos bem como a comunidade local nos projectos de restauração e manutenção do património;	13	19%
Desenvolver acções educativas para os visitantes.	28	42%
Total	67	100%

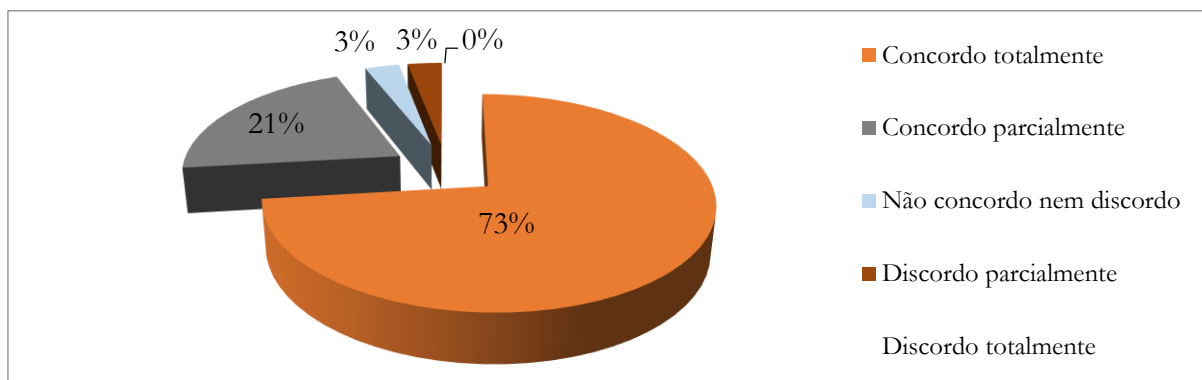
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apontam os dados da Tabela 5, a maioria dos respondentes (42%), afirmam que o MNM tem desenvolvido acções educativas para os visitantes; já 39% considera que o MNM tem promovido debates, excursões, visitas guiadas integrando a comunidade e os operadores turísticos para de forma conjunta conhecerem os patrimónios para poderem geri-los; e uma parcela de 19% considera que o MNM tem optado por integrar os operadores turísticos bem como a comunidade local nos projectos de restauração e manutenção do património.

Ainda na mesma questão, o TMNM afirmou que: *“Existem no MNM painéis que orientam os visitantes, os locais que não devem tocar. O MNM também tem promovido jogos para os visitantes (crianças em particular) visando garantir maior contacto entre estes com os objectos museológicos.”*

Nota-se, portanto, que o TMNM faz menção aos painéis que orientam os visitantes durante as visitas no MNM, o que remete ao cumprimento do Decreto n.º 44/2018 de 27 de julho. Estas actividades inserem-se na função educativa e de divulgação do museu. Por último, quando os respondentes foram questionados se a EA é uma ferramenta importante na conservação do património cultural, obteve-se as respostas apresentadas na Figura 6.

Figura 6. *Viabilidade da EA na conservação do património cultural*



Fonte: Dados da pesquisa

É de unanimidade da maioria dos respondentes (73%) que a EA é uma ferramenta indispensável para a conservação do património cultural. Por outro lado, 21% concorda parcialmente com esta afirmação. Enquanto uma parcela de 3% não concorda e nem discorda com a afirmação e outros 3% discordam parcialmente. Dos respondentes, ninguém discordou totalmente com a afirmação apresentada.

Não obstante, os informantes-chave, quando questionados sobre a integração da EA na conservação do património cultural, obteve-se as respostas ilustradas na Tabela 6.

Tabela 6. *Integração da EA na conservação do património cultural*

TMICULTUR	“A educação é um processo de transmissão de valores dos mais velhos aos mais novos, portanto, deve ser integrada na conservação do património cultural. Neste sentido, o MICULTUR tem apostado em campanhas de promoção da EAP sobretudo aos mais jovens (sobretudo nas escolas), sobre a importância do património cultural.”
TMNM	“A EA é uma ferramenta importante e deve-se integrar o MNM nos currículos nacionais; deve-se fazer com que as escolas visitem os locais históricos. Deve apostar na EAP (nas comunidades, escolas, pontos de hospedagem). Deve-se também promover o projecto O MUSEU VAI À ESCOLA , com vista a expor o MNM na escola. Está em vigor um projecto de criação de livros infantis sobre património cultural com vista a despertar no individuo o espirito patriota, o amor a pátria.”

A partir das respostas apresentadas pelos respondentes (Figura 6) e pelos informantes-chave (Tabela 6), é notória a unanimidade em relação a importância da integração da EA na conservação do património cultural. A Lei n.º 20/97 de 1 de outubro, refere que todas as pessoas têm o direito de acesso à informação relacionada com a gestão do ambiente; e que com vista a assegurar uma correcta gestão do ambiente e a necessária participação das comunidades, o Governo deve criar, em colaboração com os órgãos de comunicação social, mecanismos e programas para a educação ambiental formal, não formal e informal. Em consonância com a Lei do Ambiente está o Decreto n.º 27/2006 de 13 de julho, que considera a EA como um aliado forte na conservação do património, daí que devem ser desenvolvidos programas de educação ambiental, criando as condições necessárias para uma mudança de atitude por parte dos cidadãos.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo é feito o desfecho do estudo e são lançadas advertências consideradas relevantes, para as diferentes entidades, indicadas no texto das conclusões e recomendações, respectivamente.

5.1. Conclusões

A EA é uma ferramenta importante para a conservação do património cultural, portanto para que se efective deve percorrer um caminho que leve a comunidade ao conhecimento, competência e motivação, trabalho colectivo e individual. A partir dos resultados do presente estudo, conclui-se no que o MNM possui na sua colecção moedas que foram usadas desde o passado pré-colonial. O MNM resgata a história das transacções comerciais, desde o passado pré-colonial, permitindo assim perceber como foi a evolução das mesmas. Os dados apontam que 64% dos respondentes entram em convergência com os entrevistados e consideram que este museu expõe desde os objectos arqueológicos (exemplo: Handas, Aspas e cruzetas) que serviram de moeda de trocas comerciais até às primeiras moedas cunhadas usadas até a actualidade, possibilitando às novas gerações o conhecimento do processo evolutivo da economia do mercado em Moçambique.

Por conta do seu valor histórico-cultural, várias acções têm sido desencadeadas com vista a garantir a conservação do seu património cultural, desde a criação de instrumentos legais de protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural; a formação contínua dos funcionários do MNM em matérias de conservação do património cultural; a criação de condições para acolher os visitantes, assim como manter os bens patrimoniais no seu estado original, desde o próprio edifício que alberga o MNM até os bens a ele adjacentes. Foi possível constatar que os visitantes têm contribuído para a conservação do património cultural, visto que uma parcela de 85% dos respondentes tem respeitado as condições propostas para visita-lo, não o degradando quando o visitam. Estas acções são uma mais-valia para o património cultural, pois a sua protecção e conservação contribui para a sua revitalização e disseminação. Actualmente o MNM, assim como outras instituições que guardam o património cultural, estão a apostar na internet como um meio fácil, económico e de grande importância para a divulgação dos seus bens patrimoniais, portanto, esta estratégia é um dos meios mais usados a nível internacional para a divulgação do património cultural. A nível nacional não é muito eficaz porque parte considerável da população vive no campo (não tem acesso à internet). Mas, apesar deste facto, esta estratégia é fundamental por ser flexível na disseminação do património cultural.

A EA é indispensável na conservação do património cultural, conforme apontado por 73% dos respondentes, e em conformidade com os entrevistados, visto que por meio de suas diversas

estratégias, vai contribuir para disseminação do património cultural que é herança do nosso povo, herdada do passado. A EA atrelada à questão do património cultural é designada de EAP, que por meio do teatro, da poesia, da música, de palestras, aparições televisivas e radiofónicas, visitas guiadas, campanhas de sensibilização, poderá contribuir para intensificar a nossa compreensão acerca nossa história e da cultura. A cultura remete à partilha de mesmos significados. Entender o mundo da mesma maneira. Há uma necessidade de disseminar os bens culturais, e a EAP é uma ferramenta que permite alcançar esse objectivo. É imperioso realçar que compreender o passado, compreender a nossa história, significa compreender a nós mesmos, significa poder compreender o nosso dia-a-dia. Visto que o estudo de fenómenos do passado ajuda a compreender os fenómenos do presente e ainda permite perspectivar fenómenos futuros. Portando a nossa identidade cultural deve ser de conhecimento de todos. Desconhecer a nossa cultura é desconhecer a nós mesmos. Daí que a EAP possui papel preponderante na conservação do MNM, monumento este que apresenta uma bagagem excepcional da nossa história, da nossa cultura e que deve ser para além de conservado, deve também ser disseminado. A EAP promove um ambiente de aprendizagem ideal no MNM um como espaço paralelo à educação formal e não formal, pode contribuir significativamente para o ensino, pois o museu pode ser visto como um lugar estimulante e aberto, visto até como um espaço de encontro, convivência, investigação e confrontação das diversidades de linguagens. Independente de sua filosofia e área de actuação, todo o museu transmite ao público uma mensagem, educando através da cultura material. Por fim, pode-se afirmar que se queremos que a sociedade visite os museus de forma constante e frequente, esta precisa ser informada acerca dos valores que os bens museológicos carregam, e este conhecimento pode ser disseminado através da EAP.

5.2. Recomendações

Ao MNM

- Desenvolver e implementar projectos de EA públicos ou em parceria com o sector privado com vista expandir o MNM, distribuindo galerias por todo o país, permitindo com que não seja imperioso deslocar-se de uma província para a outra para contemplar o património numismático nacional;
- Apostar na intensificação da EAP como ferramenta para conservar e disseminar o património cultural numismático nacional além-fronteira.

À UEM

- Introduzir no curso de Licenciatura em Educação Ambiental (LEA) leccionado na Faculdade de Educação, a disciplina de EAP, com vista a capacitar os formandos em matérias relacionadas a conservação do património cultural;
- Criar no MNM um núcleo de EAP, constituído por estudantes de LEA e outras áreas relacionadas ao património cultural, com vista a auxiliar o MNM na divulgação e conservação do património cultural.

Ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED)

- Auxiliar o MNM na elaboração de um caderno para os professores visando orientar os alunos nas visitas ao MNM;

Aos visitantes do MNM

- Não danificar de forma propositada os bens patrimoniais.
- Sugerir propostas de gestão, manutenção ou restauração do património, ao Governo para que este Órgão busque financiamento para a sua manutenção;
- Aproximar-se aos órgãos responsáveis pela protecção e conservação do património, em caso de existir um património degradado, ou denunciar o mau uso de um bem patrimonial.
- Partilhar suas experiências no MNM com os outros de modo a contribuir para a conservação e disseminação do Património Cultural.

Ao MICULTUR

- Sugerir propostas de conservação e disseminação dos bens patrimoniais;
- Realizar uma monitoria pós-projectos de EAP desenvolvidas para a conservação do património cultural; para verificar o grau de aderência e efectividade das práticas de Educação Ambiental desenvolvidas e traçar medidas correctivas.

6. Referências bibliográficas


- Alde, M. A. (2016). *O Papel dos Museus na Disseminação do Património Cultural: O caso do Museu Nacional da Moeda, Maputo* (Monografia). Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Auricchio, A. L. (2017). *A Educação ambiental, o museu e sua relação com a escola*. Rio de Janeiro: Revista Educação: Teoria e Prática.
- Azevedo, C. P. (2018). *O Lugar e o Papel da Educação nos Museus Municipais: O Ecomuseu Municipal do Seixal*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borges, A. A., & Santos, H. M. (2017). *Educação Ambiental: Conceitos, Objectivos e directrizes*. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia.
- Cascais, M., Téran, A. F. (2016). *Educação formal, informal e não formal na educação em ciências* (Vol. VII). São Paulo: Ciência em Tela.
- Chihungo, A. F. (2018). *Importância da Protecção e Conservação do Património Cultural para o Desenvolvimento do Turismo no Município de Inhambane* (Monografia). Universidade Eduardo Mondlane. Inhambane.
- Costa, A., & Teixeira, S. (2007). *Museus de Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura.
- Costa, C. S. (2019). *Educação Ambiental Patrimonial: um conceito em construção*. Foz do Iguaçu/PR, Brasil: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.
- Creswell, J. W. & Creswell, J. D. (2017). *Projeto de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e métodos mistos* (4 ed.). Neybury Park, Califórnia: Sage Publications.
- Decreto n.º 27/2006 de 13 de Julho. (2006). Quadro legal de conservação e preservação do património da Ilha de Moçambique, património da humanidade. *Boletim da República*. Maputo.
- Decreto n.º 55/2016 de 28 de novembro. (2016). Regulamento sobre a gestão de bens patrimoniais imóveis. *Boletim da República*. Maputo.

- Decreto n.º 44/2018 de 27 de julho. (2018). Regulamento para Visita a Museus, Centros de Interpretação e Locais Históricos Públicos. *Boletim da República*. Maputo.
- Decreto Presidencial n.º 11/2020 de 30 de março (2020). Declara o Estado de Emergência, por razões de calamidade pública. *Boletim da República*. Maputo.
- Ferraz, A. M. (2013). *Lições de Economia Monetária*. Minho, Brasil: Universidade do Minho.
- Goldenberg, G. (2018). *Qualitative researching with text, image, and sound*. Londres: Sage.
- Gomes, A. L. (2013). *Turismo Cultural e Museus: O Caso do Museu do Abade de Baçal* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.
- Gumende, C. E. (2018). *Método de valoração ambiental contingente como ferramenta de educação ambiental na gestão participativa dos recursos pesqueiros na comunidade de Nhaquene, Ilha de Inhaca-Maputo* (Monografia). Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Issak, A. (2006). *Museus como unidades documentais: Seu papel na educação da comunidade*. Maputo: Ministério da Cultura.
- Jopela, A. (2012). Definição de conceitos-chave. In A. Jopela, *Manual de conservação do património cultural imóvel em Moçambique* (pp. 4-8). Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional do Património Cultural.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2018). *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Londres: University of California Press.
- Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro. (1988). Lei de Protecção do Património Cultural. *Boletim da República*. Maputo.
- Lei n.º 20/97 de 1 de Outubro. (1997). *Lei do Ambiente: colectânea de legislação do ambiente* (2 ed.). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Magalhães, F. (2014). *Património cultural, a Escola e a Educação: novos desafios para a cidadania do século XXI*. Leiria, Portugal: Revista Profedições.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2017). *Técnicas de Pesquisa* (8ª ed.). São Paulo: Atlas S.A. Marques, E. G.

- Maree, B., & Pielersen, T. (2017). *Amostras Probabilísticas e não Probabilísticas*. Rio de Janeiro: Atlas.
- Melo, A. d., & Cardozo, P. F. (2015). *Património, Turismo Cultural e Educação Patrimonial*. Campinas, Brasil: Educ. Soc., Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 1059-1075.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2017). *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. Curitiba: RAC, 15, 731747.
- Nunes, L. (2018). *Considerações Éticas a Atender nos trabalhos de investigação académica de enfermagem*. Setúbal: Departamento de Enfermagem, ESSIPS Campus de setúbal, Portugal.
- Prates, A., & Santos, H. M. (2015). *Encontro Centro Lucio Costa (CLC), African World Heritage Fund (AWHF) e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Centro Lucio Costa ISBN: 978-85-7334-259-8.
- Resolução n.º 12/97 de 10 de Junho. (1997). Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação. *Boletim da República*. Maputo.
- Resolução n.º 14/2003 de 4 de Outubro. (2003). Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação. *Boletim da República*. Maputo.
- Semedo, A. (2017). *Da invenção do museu público: tecnologias e contextos. Ciências e Técnicas do Património* (Vol. III). Porto: Faculdade de Letras.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do Trabalho Científico* (24ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Zanirato, S. H., & Cavicchioli, A. (2018). *Estratégias de conservação do património cultural material*. São Paulo: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.3, n.8, Jan./Jun.2018 – ISSN- 2177-4129.

7. Anexos

Anexo I: Credencial da Faculdade de Educação para o Ministério da Cultura e Turismo

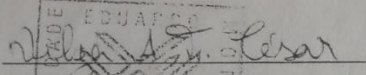

UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO


CREDENCIAL

Credencia-se António Vasco Malunga¹, estudante do curso
de Licenciatura em Educação Ambiental²,
a contactar o Ministério da Cultura e Turismo³
a fim de Recolha de dados de Monografia⁴.

Maputo, 25 de Abril de 2022⁵


A Directora Adjunta para Graduação


Mestre Nilza Cesar
(Assistente)



CONTACTO: 844507780
829750026

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)



Anexo II: Confirmação da recepção do estudante no MICULTUR



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO
DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

À
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
MAPUTO

Ref nº. 60 /GAB/DNPC/MICULTUR/ 01 /2022

Maputo, 03 de Maio de 2022


Assunto: Confirmação da Recepção do Estudante.

Pela presente, temos a honra de confirmar que no quadro da elaboração do trabalho de culminação de estudos, norteado pelo tema: *Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural: O Caso do Museu Nacional da Mueda*, recebemos e prestamos o devido apoio ao Senhor António Vasco Malunga, estudante da Faculdade de Educação da Universidade em alusão e proponente do projecto.

Córdias saudações.



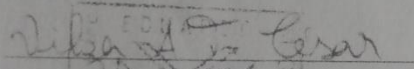
Anexo III: Credencial da Faculdade de Educação para o Museu Nacional da Moeda



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CREDENCIAL

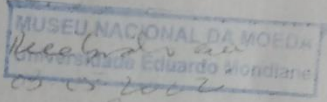
Credencia-se Antonio Vasco Malunga¹, estudante do curso
de Licenciatura em Educação Ambiental²,
a contactar o Museu Nacional da Moeda³
a fim de Recolha de dados de Monografia⁴

Maputo, 25 de Abril de 2022⁵

A Directora Adjunta para Graduação


Mestre Nilza César
(Assistente)




25/04/2022
AL

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)

Anexo IV: Confirmação da recepção do estudante no MNM



MUSEU NACIONAL DA MOEDA

Para: Faculdade de Educação
Universidade Eduardo Mondlane

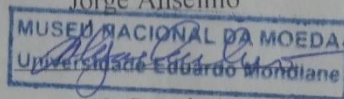
Maputo, 04 de Maio de 2022

Assunto: Recepção de um estudante

Cumpre-nos informar a Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane que o estudante António Vasco Malunga apresentou-se no Museu Nacional da Moeda e realizou a actividade previamente programada, conforme a credencial que nos foi apresentada.

Com os melhores cumprimentos.

Jorge Anselmo



(O Curador)

8. Apêndices

Apêndice I: Guião de entrevista



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Curso de Licenciatura em Educação Ambiental

Guião de entrevista

TEMA:

Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural: O Caso do Museu Nacional da Moeda – Maputo

Apresentação do Entrevistador

Respondo pelo nome de António Vasco Malunga, Estudante do curso de Licenciatura em Educação Ambiental na Universidade Eduardo Mondlane, pela Faculdade de Educação. Venho por meio desta, pedir humildemente um pouco do seu tempo e da sua atenção, para responder algumas questões ligadas à Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural existente no Museu Nacional da Moeda. Trata-se de questões relacionadas a um trabalho de pesquisa com fins meramente académicos para efeitos de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Ambiental.

A sua solidariedade em responder a estas questões será digna do meu maior apreço, pois as respostas me serão de grande valia para a materialização deste trabalho e para obtenção do grau de licenciado em Educação Ambiental.

Pelo que Estimarei bastante.

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (MNM E MICULTUR)

Tabela 7. Perfil dos entrevistados

PERFIL DO ENTREVISTADO					
Província:					
Distrito:					
Posto Administrativo:					
Naturalidade:					
Sector de Actividade:					
Sexo	Masculino		Idade	18-25 Anos de Idade	
				26-35 Anos de Idade	
	Feminino			36-45 Anos de Idade	
				46-55 Anos de Idade	
				+ de 55 Anos de Idade	
Estado Civil	Solteiro(a)		Nível de Escolaridade	Básico	
	Casado(a)			Secundário	
	Divorciado(a)			Técnico	
	Vive Maritalmente			Superior	
	Viúvo(a)			Sem Escolaridade	
Profissão:					

Questões em função das perguntas de pesquisa

P1: Bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda (somente funcionários do MNM)	
P1.1	Como ponto de partida, podia esclarecer quando é que foi fundado o MNM e com que objectivo?
P1.2	Quais são os bens culturais que podem ser encontrados neste Museu?
P1.3	Qual o significado histórico-cultural desses bens?
P2: Acções levadas a cabo com vista a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda	
P2.1	Que acções o Estado (MICULTUR) tem desenvolvido com vista a garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural no Museu?
P2.2	Existem projectos públicos ou em parceria com o sector privado que estejam a decorrer ou não, com vista a garantir a conservação (promoção) do património cultural existente no MNM além-fronteira?
P2.3	Que acções têm sido levadas a cabo pelo MNM de modo a garantir a protecção, conservação e correcta utilização dos bens patrimoniais?
P3: Contributo da EA como ferramenta para a conservação do património cultural	
P3.1	A EA, antes de tudo é educação. Nesta ordem de ideia, que estratégias o MNM têm desenvolvido com vista a consciencializar a comunidade sobre o valor do património cultural bem como na importância da sua protecção e conservação?
P3.2	Que acções educativas têm sido levadas a cabo pelo MNM com vista a garantir que os turistas participem na conservação do património cultural, não degradando-o quando forem visitar?
P3.3	Como é que se pode integrar a educação (ambiental) na conservação do património cultural?

Apêndice II: Questionário



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Curso de Licenciatura em Educação Ambiental

Questionário

TEMA:

Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural: O Caso do Museu Nacional da Moeda – Maputo

Apresentação do Estudante

Respondo pelo nome de António Vasco Malunga, Estudante do curso de Licenciatura em Educação Ambiental na Universidade Eduardo Mondlane, pela Faculdade de Educação. Venho por meio desta, pedir um pouco do seu tempo e da sua atenção, para responder algumas questões ligadas à Educação Ambiental como Ferramenta para a Conservação do Património Cultural existente no Museu Nacional da Moeda. Trata-se de questões relacionadas a um trabalho de pesquisa com fins meramente académicos para efeitos de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Ambiental.

Antecipadamente agradeço!

QUESTIONÁRIO PARA OS VISITANTES DO MUSEU NACIONAL DA MOEDA

Tabela 8. *Perfil dos visitantes*

PERFIL DO VISITANTE					
Província:					
Distrito:					
Posto Administrativo:					
Naturalidade:					
Sector de Actividade:					
Sexo	Masculino		Idade	18-25 Anos de Idade	
				26-35 Anos de Idade	
	Feminino			36-45 Anos de Idade	
				46-55 Anos de Idade	
				+ de 55 Anos de Idade	
Estado Civil	Solteiro(a)		Nível de Escolaridade	Básico	
	Casado(a)			Secundário	
	Divorciado(a)			Técnico	
	Vive Maritalmente			Superior	
	Viúvo(a)			Sem Escolaridade	
Profissão:					

NB. Caro respondente, não é obrigatória e nem necessária a sua identificação. Portanto responda apenas as questões.

Questões em função das perguntas de pesquisa

P1: Bens culturais existentes no Museu Nacional da Moeda			
P1.1	O que são bens culturais?	1. Todos os bens materiais e imateriais que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural moçambicano;	
		2. Elementos naturais, sítios e paisagens protegidos por lei ou passíveis de tal protecção, em razão do seu valor cultural;	
		3. Elementos essenciais da memória colectiva do povo, tais como história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais;	
		4. Todos os bens que, possuem interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.	
P1.2	Durante a visita ao MNM, quais são os bens culturais que teve oportunidade de visualizar?	1. Moedas que foram usadas desde o passado pré-colonial;	
		2. Marfim, ouro, peles que eram usadas para o comércio, antes do surgimento da própria moeda;	
		3. Moedas-mercadoria (argolas ou manilhas, enxadas, andas, aspas e cruzetas, entre outras) que circularam em África e em Moçambique;	
		4. Moedas de diferentes partes do mundo ilustradas segundo um critério geográfico e uma sala dedicada às medalhas;	
		4. Todas as alternativas estão correctas.	

P2: Acções levadas a cabo com vista a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda			
P2.1	<p>O património cultural compreende todos os bens culturais móveis/imóveis herdados do passado.</p> <p>Dentre as acções apresentadas, seleccione aquelas que o estado tem vindo a desenvolver para garantir a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural no MNM.</p>	1. Incentiva a criação de instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios e oficinas de conservação e restauro) necessárias à protecção e valorização do património cultural;	
		2. Estimula a utilização dos meios do Sistema Nacional de Educação e órgãos de comunicação social para educar os cidadãos sobre a importância do património cultural e a necessidade da sua protecção;	
		3. Elabora normas visando garantir a defesa contra intervenções prejudiciais e estabelece as respectivas penalizações.	
P2.2	<p>O que é que os funcionários do MNM tem feito com vista a garantir a protecção, conservação e correcta utilização dos bens patrimoniais?</p>	1. Zelar pela protecção, conservação e correcta utilização destes bens;	
		2. Comunicar à autoridade competente sobre qualquer dano, roubo, deterioração ou outra alteração do estado de conservação dos bens patrimoniais;	
		3. Não efectuar qualquer mudança de local sem autorização da autoridade competente;	
		4. Todas respostas estão certas.	
P2.3	<p>Na qualidade de visitante, como tem contribuído para a conservação do património cultural no MNM?</p>	1. Não degradar os bens culturais quando for visitar;	
		2. Respeitar as leis sobre o Património cultural;	
		3. Respeitar as condições propostas para visitar o local;	
		4. Não menosprezar e nem ofender as crenças, hábitos e costumes, manifestações culturais do município.	

P3: Contributo da EA como ferramenta para a conservação do património cultural			
P3.1	A EA, antes de tudo é educação. Nesta ordem de ideia, indique dentre as estratégias apresentadas, a que tem sido mais usada pelo MNM para consciencializar a comunidade sobre o valor do património cultural bem como na importância da sua protecção e conservação.	1. Mobilização da comunidade para a conservação do património cultural;	
		2. Consciencialização ambiental porta-a-porta sobre a importância do MNM na conservação do património cultural;	
		3. Consciencialização ambiental através dos meios de comunicação social sobre a importância da protecção e conservação dos bens patrimoniais;	
		4. Promover campanhas de sensibilização nas escolas e espaços públicos com vista a disseminar o MNM.	
P3.2	Com vista a garantir que os turistas participem na conservação e valorização do património cultural, não degradando-o quando forem visitar, o MNM têm levado a cabo as seguintes acções educativas:	1. Promover debates, excursões, visitas guiadas integrando a comunidade e os operadores turísticos para de forma conjunta conhecerem os patrimónios para poderem geri-los;	
		2. Integrar os operadores turísticos bem como a comunidade local nos projectos de restauração e manutenção do património;	
		3. Desenvolver acções educativas para os visitantes.	
P3.3	A educação (ambiental) é uma ferramenta viável para a conservação do património cultural no Museu Nacional da Moeda.	1. Concordo totalmente	
		2. Concordo parcialmente	
		3. Não concordo nem discordo	
		4. Discordo parcialmente	
		5. Discordo totalmente	

Apêndice III: Guião de observação



FACULDADE DE EDUCAÇÃO Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Curso de Licenciatura em Educação Ambiental

Guião de observação

Apresentação do conteúdo da observação

Aquando da aplicação da observação participante durante o processo de recolha de dados, houve um conjunto de estratégias e práticas de EA pré-seleccionados para a observação pelo autor, como forma de confirmar a sua concretização. A selecção destes indicadores foi baseada na informação obtida antes de se ir ao campo, tendo por isso servido de base de observação no âmbito do estudo de campo. Estes aspectos podem ser vistos na Tabela 9.

Tabela 9. *Guião de observação*

Estratégias e práticas de EA previstas	Estratégias de EA observadas
Excursões e visitas guiadas com vista a conhecer os bens culturais no MNM	✓
Palestras para consciencializar os visitantes sobre o valor do património cultural e a necessidade de sua protecção e conservação	✓
Debates relacionados a importância dos objectos históricos (museológicos ou pessoais)	✓
EAP nas escolas	✗
Mobilização da comunidade ⁹ P/conservação do património cultural	✗
Consciencialização ambiental porta-a-porta sobre a importância do MNM na conservação do património cultural	✗

Legenda:

- ✓ Estratégias ou práticas observadas
- ✗ Estratégias ou práticas não observadas

⁹ Mobilização da comunidade: processo que consiste em convocar as pessoas para participar de uma iniciativa de carácter cívico